

Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto

Christiane Machado Coelho
Centro de Estudos e Investigação em Sociologia (CIES-ISCTE)
Lisboa, Portugal

“A utopia é o princípio de todo o progresso e o ensaio preparatório para um futuro melhor”. (Anatole France)

INTRODUÇÃO

A construção de Brasília no final dos anos 50 do século XX representa a tentativa de concretização de uma utopia urbana. A idéia de uma capital moderna como nova representante política do Brasil traduzia um projeto de sociedade num momento de grande desenvolvimento econômico no país. Em pleno *boom* da indústria automobilística e ainda sob o prisma de uma “racionalização moderna” – em que os princípios da Carta de Atenas são associados ao modelo das “cidades jardim” de Ebenezer Howard (FREITAG, 2001) – o projeto de Brasília como uma cidade funcional e setorizada reflete ao mesmo tempo uma crença e uma tentativa de racionalizar e maximizar a utilização do espaço.

Projetos de futuro e projetos de sociedade têm este exemplo concreto de associação entre planejamento e espontaneidade, projeto e realidade, utopias e inserções sociais, refundação nacional e experimentação social. São muitas as dicotomias presentes neste contexto. As questões da preservação, da memória e da história merecem ser igualmente discutidas, tal como o processo de constituição de um patrimônio e a gestão da preservação local.

Em Brasília, é possível analisar-se em que medida os projetos de “cidades do futuro” podem ter uma validade específica, histórica, temporal. As conseqüências da construção de Brasília no plano social e humano merecem um estudo mais detalhado, o que se propõe discutir a partir do caso de Vila Planalto.

O projeto da construção de Brasília como uma “cidade do futuro” moderna pode ser associado ao projeto de mudança política, administrativa e espacial da capital brasileira para o interior do Brasil,

região conhecida anteriormente pelo baixo povoamento e atraso de desenvolvimento econômico e social – o projeto de construção de uma capital moderna no interior do país visava alterar essa imagem.

Como lembrava Euclides da Cunha (2001), o sertão possui características peculiares que o distinguem do litoral, região onde se desenvolveram as maiores cidades brasileiras. É conhecido como a “terra esquecida” — seja pela metrópole portuguesa, seja posteriormente pela monarquia brasileira: “Porque ali ficaram, inteiramente divorciados do resto do Brasil e do mundo, murados a leste pela Serra Geral, tolhidos no ocidente pelos amplos campos gerais, que se desatam para o Piauí e que ainda hoje o sertanejo acredita sem fins. O meio atraía-os e guardava-os” (CUNHA, 2001, p. 190).

O isolamento geográfico e a ausência de investimentos estatais dificultavam a dinamização econômica e populacional dessa parte do Brasil.

Este estudo pretende mostrar algumas das conseqüências e ambigüidades do processo de consolidação de Brasília, a partir do estudo de Vila Planalto. Antigo acampamento da construção civil, esse local alojou desde os operários da construção civil, aos engenheiros e políticos que passaram esporadicamente por esse espaço até a inauguração de Brasília. Apesar de um longo período de clandestinidade, Vila Planalto foi reconhecida como patrimônio do Distrito Federal brasileiro em 1988 – ano posterior ao reconhecimento de Brasília como patrimônio da humanidade, em 1987.

No caso de Brasília, Vila Planalto representa ao mesmo tempo os bastidores e o “outro lado da moeda” da nova capital brasileira. Em primeiro lugar, a idéia de “bastidor” reflete o aspecto provisório e necessário de Vila Planalto nos inícios de Brasília. A ausência de infra-estrutura urbana na região onde foi planejada a cidade provocava a necessidade da criação de espaços que pudessem instalar a mão-de-obra e os serviços necessários para edificação de Brasília. Em segundo lugar, a idéia de “outro lado da moeda” reflete em Vila Planalto parte das contradições e dos aspectos não previsíveis da construção de Brasília.

CIDADES UTÓPICAS

A relação entre projetos urbanos e projetos utópicos não deve ser dissociada de modelos imaginados de sociedade. Como menciona Freitag (2001, p. 3): “Atrás da concepção da cidade utópica escondia-se a idéia de uma sociedade perfeita, harmônica, livre dos defeitos das cidades e sociedades históricas em que viviam os seus idealizadores”.

Analisando-se o histórico de alguns projetos de “cidades utópicas”, deparamo-nos com a ausência de projetos nesse sentido durante o advento do cristianismo. Durante a Idade Média, a

utopia era transferida para depois da morte e do Juízo Final, no Reino dos céus (FREITAG, 2001)¹. Já no Renascimento, a utopia urbana reaparece sob o prisma de uma sociedade perfeita, assente no modelo de uma sociedade ideal:

A revisão de várias utopias urbanas que filósofos, economistas, socialistas, arquitetos e urbanistas procuraram desenvolver para melhorar as condições de vida dos moradores neste planeta, raras vezes encontraram sua realização. Na maioria das vezes o modelo utópico permaneceu uma virtualidade, sem chances de impor-se na realidade. Outras vezes, a utopia reverteu-se em seu contrário, perverteu-se. Longe de realizar um sonho intensamente desejado pela maioria dos seres humanos, transformou-se em um pesadelo. Vale aqui mencionar o desmoronamento das sociedades socialistas, que almejavam trazer a liberdade, igualdade, justiça para todos que aderiam aos seus princípios norteadores e à luta em favor do socialismo (FREITAG, 2001, p. 16).

Em decorrência dos perigos da imposição de um modelo utópico de sociedade, de forma generalizada à sociedade como um todo, vale lembrar como sublinha Ernest Bloch (apud FREITAG, 2001, p.17):

A utopia [...] deve ser igualmente rigorosa contra si mesma, desenvolvendo uma consciência de suas próprias fronteiras [...] Uma utopia que vai se dissolvendo à medida que se realiza, poderia fazer surgir uma situação que escape, por princípio, à previsão utópica: novos obstáculos, novas dificuldades, novos ônus, poderiam apresentar-se, que difiram completamente de tudo quanto conhecemos [...] a utopia realizada seria 'outra'.

Como conceber em projetos de “cidades utópicas” o lugar da história e da memória nos espaços em formação? Como poderá um espaço novo ter em si lugares para a memória de forma a conter no novo espaço a possibilidade de manter vestígios de sua formação? Como pensar a questão da integração

1 Em relação ao histórico de projetos urbanos utópicos, Freitag basea-se na obra de Patrice Moncan, *Villes Rêvées*, Paris, Les Éditions du Mécène, 1998.

urbana para sociedades presentes e futuras? A partir dessas indagações iniciais, debruçar-nos-emos sobre o estudo de Brasília.

BRASÍLIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

No início [...] havia o trabalho, da aurora ao crepúsculo, sacos de cimento, tijolos, brita, disputas, acidentes mortais e uma espécie de sonho de construir, no meio do sertão de Goiás, uma capital moderna, futurista, capaz de mudar o caminho da história. Parecida com o Brasil da época (CORREIO BRAZILIENSE, 03 fev. 1998).

Brasília é provavelmente a mais emblemática das cidades planejadas modernas, e se constituiu rapidamente como objeto de interesse sociológico. Esta cidade possui uma estruturação moderna, funcional, do espaço, enquanto a estruturação das ruas da Vila Planalto, berço de Brasília, é principalmente do tipo tradicional.

O caráter planejado, moderno e administrativo de Brasília sempre suscitou uma certa estranheza para aqueles provenientes de outras cidades brasileiras. Brasília é freqüentemente considerada uma cidade artificial e pouco humana. Holston (1993) descreve a “brasilite” como uma reação de estranhamento em relação a Brasília. Se, de um lado, o aspecto moderno da cidade poderia representar uma novidade para os recém-chegados, por outro lado, a sensação de frieza, de artificialidade e de impessoalidade era muitas vezes acompanhada por um sentimento de estranheza e de não identificação, que originaria dificuldades de adaptação. O caráter organizado de Brasília tornava o cotidiano mais prático, ao mesmo tempo que parecia privar a cidade da espontaneidade e do movimento presentes em outros centros urbanos. Holston considera que o projeto de Brasília negava duplamente o velho Brasil: negava tanto o seu sub-desenvolvimento, como a sua vida urbana. O autor destaca que a arquitetura modernista, característica da nova capital nacional, representa uma ruptura com as condições preexistentes no país, causando *in situ* uma sensação de descontextualização (HOLSTON, 1993).

Poder-se-á discutir como um projeto de cidade se transforma numa realidade concreta a partir do estudo de sua formação. Como nos interpela Vidal (2005), em que medida um projeto de cidade, na sua dimensão material e discursiva, é portador de um projeto de sociedade?

Brasília representava um projeto de cidade, associado igualmente a um projeto político e de sociedade. Apesar da antiguidade do projeto de construção de uma nova capital para o Brasil (VIDAL, 2002), esse projeto só foi colocado em prática num momento de importante desenvolvimento nacional, sob a presidência de Juscelino Kubitschek, cujo slogan do governo era “50 anos de progresso em 5 anos de governo”. A decisão de construir uma capital moderna no interior do Brasil pretendia ultrapassar o atraso social e econômico associado ao interior do Brasil e, principalmente, modificar a imagem associada ao país e à identidade nacional, com a criação de uma capital moderna que pudesse corresponder à idéia do Brasil como “país do futuro” (ZWEIG, 1960), como a imagem de um país capaz de se reinventar continuamente.

No caso de Brasília, é evidente que o progresso nacional não poderia se estabelecer por decreto, e que não poderia negar o passado e os problemas do Brasil. A “herança” de uma estrutura social desigual se faz sentir em Brasília (e em todo o Distrito Federal), e a questão da moradia se constituiu num dos reflexos mais claros dessa situação.

Os inícios de Brasília são marcados por uma situação de contraste. De um lado, a cidade representava uma espécie de “visão mitológica” do futuro. De outro, a precariedade das condições de vida e de trabalho da população operária encarregada da edificação da cidade, contradizia essa idéia de modernidade, o que indica que, desde o princípio, o projeto de criação de uma capital moderna estava pleno de contradições, presentes desde a instalação desta capital. As conseqüências do processo migratório dos trabalhadores em direção a Brasília não foram levadas em conta no projeto original da cidade, em termos de condições de moradia mais definitivas para esses trabalhadores (PAVIANI, 1996).

Os primórdios de Brasília são marcados pela precariedade das condições de vida para todos aqueles que vieram participar da edificação da nova capital nacional. Essa precariedade, de alguma maneira, nivelou as condições de vida dos primeiros moradores da cidade.

Apesar do projeto de Brasília, enquanto capital moderna, prever a construção de uma cidade diferente das outras cidades brasileiras, seus problemas de moradia e de emprego aproximam-na de outras cidades do país. Os problemas de segmentação e de fragmentação social parecem ainda mais importantes em Brasília quando comparados a outros centros urbanos. O caráter planejado da cidade provocou a exclusão das classes populares do centro da cidade. O Plano Piloto – parte planejada da cidade – sofreu um forte processo de especulação imobiliária, em virtude do qual os setores menos favorecidos da população foram expulsos para os subúrbios distantes. Nesse contexto, as diferenças sociais correspondem a diferenças espaciais significativas. A heterogeneidade social presente na maioria dos centros urbanos é menos visível em Brasília.

Desde os inícios de Brasília, a questão da moradia se impôs como um problema principal. O número considerável de trabalhadores necessários para a construção da cidade supôs a necessidade de moradia para alojar esse grande número de pessoas. A Novacap – Instituição governamental encarregada da construção de Brasília – estabeleceu núcleos de moradia provisórios para alojar os trabalhadores na Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante, e nos acampamentos construídos para esse efeito, dos quais Vila Planalto é um exemplo.

Nos primórdios de Brasília, a ausência de alojamentos deixava uma parte importante dos trabalhadores dependentes das condições impostas pelas companhias da construção civil. Essas condições ultrapassavam as questões de moradia. A ausência de família, o controle exercido pelas companhias sobre a vida cotidiana dos trabalhadores (horários regulamentados, proibição de bebidas alcoólicas nos acampamentos) constituía uma intrusão na vida dos trabalhadores em diferentes domínios. O espaço era cercado, o que reforçava o controle ao qual os trabalhadores eram submetidos. Por um lado, as companhias ofereciam as condições de moradia e eram encarregadas de toda a infra-estrutura necessária para instalação da população necessária – como casas, supermercados, farmácias, clubes e afins. Por outro lado, os trabalhadores se encontravam numa situação de dependência completa frente às companhias.

Na inauguração de Brasília, setenta mil trabalhadores estavam presentes. A maioria desses trabalhadores residia nas Cidades Satélites, projetadas repentinamente durante a construção de Brasília. Desde o início, a maior parte da população da cidade vivia fora do Plano Piloto (RIBEIRO, 1998). A nova capital traçou, antes mesmo de sua inauguração, linhas de exclusões futuras, o que levou alguns observadores a considerarem-na uma “semi-cidade”, uma capital distante da realidade nacional. Segundo as palavras de Hautin-Guiraut (1993): “Na aurora das esperanças do país, Brasília concretizou o sonho de grandeza brasileiro, e sua fé num futuro necessariamente grandioso. Mas Brasília sofre hoje, mais do que nunca, por ter de capital apenas o nome”.

No entanto, o fato de Brasília ter sido construída em um espaço sem infra-estruturas urbanas é analisado, por alguns autores, como um aspecto vantajoso e facilitador da integração dos migrantes recém-chegados: “O eterno ‘mito de origem’ é constantemente revisitado em Brasília, onde a ausência de lugar, e conseqüentemente, a ausência de identidade, oferece a sensação de que todos são incorporados à cidade com as mesmas condições” (NUNES, s.d, p. 7)².

2 Inédito, cedido pelo autor.

A idéia de Brasília como um território originalmente “vazio” parece ter facilitado a integração local e a construção da imagem de uma cidade cuja história está se construindo, uma história quase controlável, pois é possível estabelecer um ponto de partida, correspondente aos inícios da cidade, numa data ainda recente e facilmente identificável.

Brasília representou um novo horizonte para todos aqueles que encontravam dificuldades nas suas regiões de origem; ela traduzia a esperança de uma vida melhor para uma parte importante da população que vinha à procura de trabalho. Segundo Pinton e Aubertin (2005), a força dos movimentos migratórios vinha da facilidade de acesso às infra-estruturas de saúde, da leveza da legislação fundiária, mas também do fato de que o Distrito Federal dispõe de um dos mais altos rendimentos por habitante no Brasil. Nunes (2004) destaca que a possibilidade de acesso a terrenos urbanos, mais do que a procura de trabalho, constitui o principal motor migratório para o Distrito Federal.

A transferência de funcionários públicos do Rio de Janeiro – antiga capital brasileira – para Brasília enfrentou inicialmente algumas resistências. Para superar essas dificuldades, a transferência foi acompanhada pela obtenção de privilégios importantes pelos funcionários públicos, enquanto os trabalhadores da construção civil não tinham sequer as suas condições de permanência e de alojamento asseguradas após a inauguração da cidade. Muito destes trabalhadores foram transferidos para Cidades Satélites distantes (COELHO, 2006). O espaço da cidade ficou assim marcado por diferenças sociais significativas, caracterizadas por uma associação entre apropriação do espaço, principalmente no Plano Piloto, e altos rendimentos. O distanciamento das classes sociais no Distrito Federal veio a reproduzir (e mesmo reforçar) as diferenças sociais existentes na sociedade brasileira, caracterizada por um forte dualismo entre modernidade e exclusão social (PAVIANI, 1996).

O CASO DE VILA PLANALTO EM BRASÍLIA

Vila Planalto representa aspectos não previsíveis da construção de Brasília. Os aspectos humanos e as formações de redes sociais nesse espaço interessam, pois, contrariamente à maior parte das cidades da Europa e mesmo da América Latina, é raro poder retratar o processo de formação de um espaço através da análise do discurso dos indivíduos que participaram de sua formação. É o caso dos moradores de Vila Planalto que viram o direito à cidade e o direito à memória reconhecidos em função de sua participação nos trabalhos de construção civil nos inícios de Brasília.

O desafio principal deste trabalho consiste em compreender como um espaço provisório, que se manteve irregular muitos anos, conseguiu transformar-se num bairro histórico, reconhecido legalmente

como patrimônio do Distrito Federal brasileiro em 1988. As complexidades do reconhecimento do tombamento de Vila Planalto são analisadas de forma associada ao estudo das conseqüências sociais e urbanas da regularização desse espaço.

O interesse por Vila Planalto surgiu em função do aspecto singular e diferenciado deste espaço no centro do Plano Piloto de Brasília.

Vila Planalto era composta por um conjunto de acampamentos instalados por diferentes companhias da construção civil, localizados na proximidade da atual Praça dos Três Poderes, do Palácio da Alvorada e do Palácio do Planalto, ou seja, no centro do Plano Piloto. As construções eram todas em madeira, sem possibilidades legais de crescimento.

As companhias da construção civil eram encarregadas de instalar toda a infra-estrutura necessária para construção de Brasília: casas provisórias em madeira, mercados locais, farmácias, escolas, clubes, bancos. Uma forte heterogeneidade social era presente na Vila Planalto, o espaço era diferenciado segundo a classe social, a profissão e o estado civil. Inicialmente, existiam dois clubes (um para os ricos, outro para os pobres), um cinema, uma farmácia, uma escola. Após a inauguração de Brasília, o ritmo dos trabalhos das companhias da construção civil diminuiu e essas companhias foram progressivamente deixando a cidade e desmontando a infra-estrutura que tinham instalado (COELHO, 2006). É curioso observar como, mesmo os espaços provisórios como o dos acampamentos, foram cuidadosamente estruturados em termos de diferenças sociais, profissionais e familiares. Uma lógica funcionalista parecia prevalecer igualmente nestes espaços, de forma a estruturar diferenciações futuras presentes no Distrito Federal brasileiro.

Analisemos como um acampamento provisório sobreviveu a tantos anos de clandestinidade até o seu reconhecimento como bairro histórico, diferenciado do Plano Piloto e situado numa parte central da cidade.

Após a inauguração de Brasília, com a retirada da infra-estrutura implantada pelas companhias da construção civil, Vila Planalto foi progressivamente se transformando em uma espécie de *no-man'sland*. Ao contrário das invasões clássicas e de muitos bairros clandestinos, seu espaço tinha sido originalmente estruturado pelo poder estatal, embora de forma temporária. O caráter instrumentalmente provisório de Vila Planalto – numa fase em que ela fazia parte de um “grande projeto” (RIBEIRO, 1998) – fez com que fosse considerada cada vez mais ilegal, uma vez inaugurada a nova capital. O direito que os moradores locais tiveram inicialmente de residir nesse espaço foi substituído por um não-direito. A ilegalidade da ocupação de Vila Planalto tornou-se cada vez mais acentuada, contribuindo para a formação de uma imagem negativa desse local, vigente até o momento de sua regularização e reconhecimento como patrimônio do Distrito Federal em 1988.

Apesar da heterogeneidade social presente na Vila Planalto, o tempo de residência nesse espaço apareceu como um elemento importante e aglutinador dos grupos ali presentes. O conceito de “pioneiro” apareceu como noção central nos movimentos reivindicativos que ocorreram nos anos oitenta em prol da regularização da Vila Planalto. Ser “pioneiro” passou a ser reconhecido como um valor, criando uma hierarquização interna baseada no tempo de permanência local, de forma extra-classe, associada a participação nos inícios da cidade.

Aldo Paviani realizou muitos estudos reveladores dos efeitos perversos da implantação da nova capital brasileira. Brasília é assim marcada por uma lógica dupla (PAVIANI, 1985; 1989; 1996). De um lado, encontra-se o espaço planejado e moderno do Plano Piloto. De outro lado, localizam-se nos arredores do Plano Piloto, nas Cidades Satélites, os mesmos problemas presentes em outros centros urbanos brasileiros. O caso de Vila Planalto parece se opor à idéia de planificação controlada de todo território urbano de Brasília, pois trata-se de um espaço que não estava previsto no plano originário da cidade e que conseguiu se consolidar no centro da capital.

Na Vila Planalto, o direito à moradia foi associado ao exercício de atividades profissionais relacionadas à edificação de Brasília. A concessão de moradias foi igualmente considerada resultado de ações políticas que ocorreram na década de oitenta em prol da regularização do espaço. O espaço foi legalizado e reconhecido como patrimônio a partir da promulgação dos Decretos-Leis nº 11.079 e nº 11.080, datados do dia 21 de abril de 1988.

O reconhecimento de Vila Planalto como patrimônio põe em questão a complexidade da sobrevivência local e a utilização política da história e do território como fonte de negociação em torno da memória da construção de Brasília.

O caráter inicialmente provisório de Vila Planalto, sua situação de clandestinidade durante mais de 30 anos, seu reconhecimento como patrimônio histórico em 1988 e, finalmente, o não respeito pelas leis de preservação local, visíveis no incêndio da Igreja Nossa Senhora da Pompéia — uma das primeiras igrejas de Brasília, toda em madeira, incendiada em fevereiro de 2000 — e a destruição de numerosas construções em madeira, teoricamente protegidas pelo patrimônio, revelam as ambigüidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mumford (1989) considera o passado e o futuro como fontes de utopias. O autor enfatiza a importância das utopias no estudo das idéias e da organização social. No caso deste estudo foi possível observar como a análise dos espaços urbanos contemporâneos levanta desafios importantes, pois os

espaços estão em constante transformação. Colocar em evidência uma parte das permanências e das mudanças de Brasília constituiu um dos desafios desta análise, de forma a mostrar diferenças entre uma cidade como projeto e sua execução efetiva. Este estudo poderá contribuir para a investigação das transformações urbanas no espaço, como também para a investigação das possibilidades de moradia para diferentes classes sociais nos centros urbanos.

O estudo de Brasília é paradigmático e exemplar das ambigüidades e contradições que um projeto urbanístico pode adquirir no momento de sua implementação. A partir deste estudo, pode-se questionar a validade de futuros projetos de cidade, sejam utópicos, possíveis ou imaginários. Como poderá a sociedade re-estruturar seus projetos urbanos de forma a abarcar diferentes estilos de vida, estilos arquitetônicos, diferentes projetos de futuro, de sociedade e a possibilidade de construção de espaços que permitam a integração social? A experiência falhada de implementação de bairros sociais em muitos países põe em relevo a necessidade de se repensar as formas de integração urbana, de forma a evitar estigmas, exclusões sociais, econômicas, políticas e espaciais, de maneira a que possamos ter sociedades e cidades que possam ser, efetivamente, de todos. Talvez resida neste desafio mais uma utopia.

REFERÊNCIAS

COELHO, Christiane. **Changements dans les coulisses de Brasília**: les ambiguïtés du processus de maintien de Vila Planalto (1956-2006). Tese (doutorado) – EHESS, Paris, 2006.

CORREIO BRAZILIENSE, 03 fev. 1998.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**: Campanha de Canudos [edição crítica de Walnice Nogueira Galvão] 2. ed. São Paulo: Ática, 2001. (1902).

FREITAG, Bárbara. Utopias Urbanas. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 10., 2001, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SBS, 2001.

HAUTIN-GUIRAUT. Brésil, la capital mal aimé. **Le Monde**, 23 mar. 1993.

HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MUMFORD, Lewis. **The City in History**: its origins, its transformations, and its prospects. New York: A Harvest Book: Harcourt, 1989. (1ª edição, 1961).

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília**: a fantasia corporificada. Brasília: Paralelo 15, 2004.

_____. **A lógica social do espaço de Brasília**. s.d. Inédito, cedido pelo autor.

PAVIANI, Aldo. **Brasília, ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985.

_____. **Brasília**: a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

_____. **Brasília**: moradia e exclusão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

PINTON, Florence; AUBERTIN, Catherine. Populations traditionnelles: enquête de frontières. In: ALBALADEJO, C.; ARNAULD DE SARTRE, X. (Dir.). **L'Amazonie brésilienne et le développement durable**: expériences et enjeux en milieu rural. Paris: L'Harmattan, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **A conquista da cidade**: movimentos populares em Brasília. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIDAL, Laurent. **Mazagão, la ville qui traversa l'Atlantique**: du Maroc à l'Amazonie (1769-1783). Paris: Aubier-Flammarion, 2005.

VIDAL, Laurent. **De nova Lisboa à Brasília**: l'invention d'une capitale. Paris: IHEAL Editions, 2002.

ZWEIG, Stefan. **Brasil, país do futuro**. Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1960.